

O Anarquismo como fenômeno da Primeira Internacional:

Origens políticas e teóricas da divisão no movimento operário.

Autor: Andrey Cordeiro Ferreiraⁱ

Resumo

Este artigo faz uma análise do anarquismo como fenômeno da “Primeira Internacional”. Isto significa analisar como a categoria anarquismo adquiriu uma significação teórica e social particular, engendrada pela emergência de um movimento social e uma organização política, estruturadas em torno do pensamento político de Bakunin. Para isso, fazemos uma crítica das conceituações de anarquismo e métodos de classificação do estudo do anarquismo, formulando um conceito de anarquismo essencialmente social-histórico.

Palavras-chave: 1) Anarquismo; 2) Bakuninismo; 3) Associação Internacional dos Trabalhadores.

Introdução

O anarquismo constitui um fenômeno histórico peculiar: figura como “estágio” ou “idade heróica” (ou primitiva, na sua versão “negativa”) da história do movimento operário de diferentes países e também como um interlocutor teórico virtual de correntes políticas e intelectuais, especialmente o marxismo (seja no campo social-democrata ou comunista).

Assim acontece com a história do movimento operário e da formação da classe trabalhadora no Brasil, na qual se destaca na extensa historiografia sobre o tema da importância dos “anarquistas” no sindicalismo do período da república velha¹. Um fenômeno relativamente parecido acontece em toda a América Latina².

ⁱ Cientista Social formado pela UFF, doutor em antropologia social pelo Museu Nacional-UFRJ, membro do LACED (Laboratório de Pesquisas em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento). Email: andrey2099@yahoo.com.br.

Por outro lado e de forma talvez ainda mais destacada, podemos dizer que o anarquismo constituiu uma presença fantasmagórica no pensamento marxista, parte de um movimento de invocação e exclusão que remete ao próprio Marx. Desde sua célebre obra "**Miséria da Filosofia**", escrita como crítica a uma das obras de Pierre-Joseph Proudhon, "**Filosofia da Miséria**", existe um debate intelectual e político mais ou menos subterrâneo entre suas posições e aquelas que depois seriam agrupadas sob a categoria "anarquismo" – normalmente num movimento de refutação. Podemos enumerar aqui uma série de obras importantes para o desenvolvimento do marxismo, mas vamos citar apenas aquelas que consideramos centrais, como "**Os Bakuninistas em Ação**" de Friederich Engels, "**Anarquismo e Socialismo**" de Staline, "**O Estado e a Revolução**" de Lênin³.

Mas ao contrário do que essa presença na prática e na teoria possa sugerir o anarquismo nunca foi claramente definido e teve seriamente analisado o conteúdo do seu pensamento e de sua prática. Na realidade, as análises comunistas/marxistas, por serem textos de combate, por estarem posicionados tanto no campo intelectual quanto político, muitas vezes deslizaram para a formação de uma imagem caricatural do anarquismo, que se confundia com o individualismo, o "terrorismo" ou "pacifismo", dependendo do momento histórico. Nesse sentido, a caracterização liberal de E.H. Carr famoso historiador inglês converge com o marxismo, sendo ilustrativa dessa abordagem. Na biografia que escreveu sobre Bakunin, afirma:

"A liberdade absoluta pregada por Bakunin era de significado totalmente diferente, não somente da liberdade de Marx (que implicava a liberdade de uma classe enfrentada com outras classes, não dos indivíduos daquela classe enfrentando uns com os outros), Bakunin, em teoria, era o mais fanático dos defensores da liberdade e o individualista mais consumado de quantos no mundo existiram. (...) O Individualismo permanece como a essência do sistema social e político – assim como sua oposição a Marx – de Bakunin. (...) Em termos gerais, aceita a hipótese de Rousseau de que o homem quando não está pervertido pela autoridade social e política, por sua condição ingênita é virtuoso." (Carr, 1972, 463-464).

Essa análise chega ser grosseira, pois qualquer um que tenha lido uma obra de Bakunin sabe da profundidade da crítica de Bakunin a Rousseau e ao individualismo.

Essa visão acabou sendo reforçada pela literatura anarco-comunista, especialmente Piotr Kropotkin. Os anarco-comunistas que se dedicariam ao estudo

do anarquismo acabariam por criar estereótipos similares aos criados pelo marxismo, só que através de uma imagem romântica e idealizada dos anarquistas como “vítimas da história” e classificando autores e agentes de forma completamente artificial (inclusive “individualistas”) como exemplares de “anarquistas”, como veremos abaixo. Essas visões ignoram completamente o caráter histórico do anarquismo e toda a série de cisões políticas e teóricas que ficam por vezes sublimadas, não sendo nem relatadas nem percebidas em sua importância, graças ao uso de uma categoria genérica de “anarquismo” que recobre teorias e práticas políticas excludentes.

Assim, normalmente os estudos sobre a presença anarquista no movimento operário trabalharam com o anarquismo como uma categoria homogênea e *a - histórica*, e procuraram fazer a história do anarquismo sem levar em consideração os debates teóricos internacionais que precederam a formação da classe trabalhadora nacional e do chamado “movimento anarquista”. A historiografia do anarquismo e do movimento operário tem uma deficiência estrutural: estuda um movimento político e social sem antes definir quais são suas bases teóricas e sem circunscrever o significado do conceito de anarquismo para os atores históricos concretos responsáveis por sua formulação bem como as rupturas teóricas e categoriais verificadas.

Dessa maneira, a historiografia sobre o que se agrupa sob a categoria “anarquismo” apresenta uma série de deficiências, teoricamente falando. A maior parte das narrativas foi produzida a partir das perspectivas comunista (baseada na denúncia de Paul Lafargue e Frederick Engels nos anos 1870), liberal ou anarco-comunista, que, por razões diferentes, pecam pela falta de objetividade e reproduziram apenas impressões fragmentárias, genéricas ou “estigmas” acerca do pensamento e prática anarquista no movimento operário e popular. No Brasil e no mundo, conhece-se muito pouco sobre o anarquismo no século XIX e a obra de Bakunin. Temos traduções fragmentárias, textos recortados em coletâneas que são na verdade montagens de frases agrupadas pelos editores e atribuídas a Bakunin, com raras exceções. Tudo isso reforça a confusão e o desconhecimento.

A falta de fontes históricas e de pesquisas que não sejam comprometidas em seus métodos e resultados por motivações ideológicas, dificulta esta análise histórica. Faremos aqui o possível para contornar esta situação de acordo com as fontes disponíveis. Mas acrescenta-se que a confusão e o desconhecimento são

maiores em razão da falta de rigor histórico e sociológico no tratamento das fontes disponíveis do que pela simples escassez destas. Apesar de sua importância, a obra de Bakunin encontra-se fragmentada, esparsa, carecendo de uma sistematização (deixou vários de seus escritos incompletos). Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo também contribuir para a sistematização e a atualização de sua teoria revolucionária. Iremos aqui fazer o esforço de tratar as fontes históricas dentro de seu contexto de produção, para apreender os sentidos atribuídos pelos agentes as suas práticas e discursos.

O objetivo desse artigo é contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ao buscarmos ***identificar as bases políticas e teóricas do anarquismo que explicam, em parte, a cisão no movimento operário do século XIX e XX.*** Realizaremos uma análise rigorosa do pensamento anarquista que aqui será considerado como sinônimo de bakuninismo e como fenômeno associado estritamente à chamada “Primeira Internacional” (ou seja, a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864 e dissolvida por um processo lento e descontínuo ao longo das décadas de 1870-1880). Faremos uma crítica das definições usuais de “anarquismo” e de suas imprecisões teóricas, para traçar uma análise histórica da teoria política anarquista. Para tanto começaremos a análise da produção histórica dos diferentes significados da categoria anarquismo, dada por meio de uma luta de classificações. Depois faremos uma discussão sobre as bases filosóficas e políticas do bakuninismo. Por fim, apresentaremos uma sistematização inicial de sua teoria, que compreende uma filosofia política e um método sociológico.

1 – A “Anarquia” enquanto categoria social e histórica: de anátema discursivo ao partido da revolução.

Podemos aqui dizer que existem duas grandes tradições de categorização que influenciam direta e indiretamente os estudos sobre o anarquismo. Uma tradição é do marxismo, basicamente a de Marx e Engels que vão construir um ***anti-conceito de anarquismo*** através de movimentos de inclusão e exclusão da categoria anarquismo no interior da sua teoria e política. Outra remete ao anarco-comunismo de Piotr Kropotkin e da sua definição ***a-histórica*** da categoria anarquismo e seu modo taxonômico de análise, sendo posteriormente reproduzido por autores como George Woodcock na sua história das idéias e movimento anarquista.

No caso de Marx e Engels, temos dois movimentos distintos. Um é o de inclusão da categoria anarquismo e de parte de sua crítica a propriedade privada, realizada especialmente no livro “**A Sagrada Família**”. Ali temos a idéia de que o socialismo Francês havia contribuído para a política proletária e o desenvolvimento de uma ciência crítica. Tal posicionamento seria modificado por Marx depois em “**A Miséria da Filosofia**”, quando ele já com relações políticas rompidas com Proudhon desqualifica seu posicionamento político e intelectual, o que seria reafirmado na nota necrológica escrita por Marx.

Depois, um movimento similar vai acontecer nos anos 1860/70 nos debates de Marx e Engels com Bakunin. Em 1872 no auge da polêmica Marx escreve que “*Todos os socialistas entendem por anarquia o seguinte: quando se conseguiu o objetivo do movimento proletário, isto é, a abolição das classes, do poder de Estado – que serve para manter grande maioria produtora sob o jugo de uma minoria exploradora – desaparece e as funções governativas se transformam em simples funções administrativas*”⁴. Assim, ao mesmo tempo em que polemizava com Bakunin e o setor denominado anarquista ou bakuninista no interior da AIT, Marx incorporou a categoria anarquismo no seu esquema teórico como sinônimo de “comunismo”. Anarquia e comunismo tornaram-se assim uma etapa do desenvolvimento histórico.

No artigo “**Os Bakuninistas em Ação**” publicado em 1873 Engels faz uma análise da insurreição na Espanha analisando o papel dos bakuninistas. Basicamente o autor traça uma imagem negativa, apontando que os bakuninistas tinham um programa caracterizado pelo abstencionismo político, pela revolução imediata e pela greve geral, e que a política dos anarquistas levou o movimento revolucionário à “atomização” e mostraram uma profunda contradição entre sua teoria e sua prática ao formarem “governos revolucionários nas municipalidades”⁵. Assim, temos na realidade um duplo movimento como já foi notado, de inclusão e exclusão teórica do anarquismo no marxismo. Na realidade o **anarquismo figura como um anti-conceito, como uma categoria que abriga as características inversas ao marxismo (abstencionismo, utopismo, ineficácia da ação, contradição entre teoria e prática, atomismo), ou figura residualmente como um mero sinônimo de comunismo.**

A outra tradição é aquela construída a partir de uma abordagem histórica gerada no século XIX, mas sintetizada na definição dicionarizada de “anarquia”

formulada por Piotr Kropotkin em 1905. Essa sua abordagem seria reeditada por diversos autores, como George Woodcock. A historiografia contemporânea foi muito influenciada pelas definições e abordagens desses autores e por isso uma crítica da sua definição e de seu método é necessária. Ao apresentar a definição de anarquismo, o autor afirma:

ANARQUISMO (del griego an-, y arke, contrario a la autoridad), es el nombre que se da a un principio o teoría de la vida y la conducta que concibe una sociedad sin gobierno, en que se obtiene la armonía, no por sometimiento a ley, ni obediencia a autoridad, sino por acuerdos libres establecidos entre los diversos grupos, territoriales y profesionales, libremente constituidos para la producción y el consumo, y para la satisfacción de la infinita variedad de necesidades y aspiraciones de un ser civilizado. (...)

La concepción de la sociedad esbozada, y la tendencia de la que es expresión dinámica, han existido siempre en la especie humana, frente a la concepción y la tendencia jerárquicas que hoy imperan, alternándose su predominio en diferentes períodos de la historia.(...)

El mejor exponente de la filosofía anarquista en la antigua Grecia fue Zenón (342-267 o 270 a. C.), cretense, fundador de la escuela estoica, que opuso una concepción clara de comunidad libre sin gobierno a la utopía estatista de Platón. Repudió la omnipotencia del Estado, su carácter intervencionista y reglamentador, y proclamó la soberanía de la ley moral del individuo, subrayando ya que, aunque el necesario instinto de autodefensa lleva al hombre al egoísmo, la naturaleza ha proporcionado un correctivo dando al hombre otro instinto: el social. (Kropotkin, 2005 [1905])

O elemento central da abordagem de Kropotkin (e que seria reproduzida por inúmeros autores posteriormente) é **o emprego de uma categoria “anarquismo” essencialmente a-histórica**. A categoria é associada à manifestação da natureza humana e de certos traços (sociedade sem governo, afirmação da liberdade do individuo e etc.) que caracterizariam o anarquismo, e então se passa a agrupar exemplos de manifestação do “anarquismo”: Grécia Antiga, China, Europa Medieval e etc. Temos assim estabelecida uma abordagem **taxonômica e autoritária**, feita de cima (do autor) para baixo (os agentes históricos concretos). É realizada uma “classificação forçada” em que prevalece o princípio classificatório dos autores em detrimento dos princípios de classificação e práticas dos agentes históricos concretos. Esse *modus operandi* vai ser reproduzido em quase toda a historiografia sobre o anarquismo.

Isso fica claro nos livros hoje clássicos⁶ de George Woodcock. O autor seleciona e classifica os “anarquistas” em seu livro citando como exemplos Marx Stirner⁷ e Benjamin Thoreau⁸, o que é tão arbitrário quanto classificar Zenon como

anarquista. Da análise destes casos emblemáticos contidos no livro de Woodcock podemos ratificar nossa crítica: o método empregado pelo autor é essencialmente taxonômico, pois ignora completamente a prática e o contexto social-histórico e a localização do pensamento e obra desses sujeitos (nenhum se reivindicava anarquista, nenhum esteve associado às lutas sociais nas quais o anarquismo se origina, e se inseriam em contextos sociais completamente diferentes) situando-os como anarquistas simplesmente pelo poder de classificação.⁹ Os fundamentos das formulações de Thoreau e Stirner eram inspirados respectivamente no liberalismo anti-escravista americano e na crítica pessimista do idealismo alemão, de fundamentos igualmente liberais. Tal classificação se dava partir de critérios completamente externos aos agentes. Procedendo assim, o autor cria uma identidade artificial entre as idéias e vidas de Stirner e Thoreau e o “anarquismo”, fundamentada não na análise de relações sociais concretas, mas simplesmente numa narrativa literária construída pelos seus textos. É como se estes homens não fossem atores históricos, mas sim personagens de um conto ou drama. É evidente que uma análise histórica construída sobre tais pressupostos necessariamente conduz a equívocos e distorções, já que elimina a história concreta pelas narrativas dos autores.

Assim, temos um duplo bloqueio ao estudo da história do anarquismo: de um lado, o anti-conceito marxista, de outro, o conceito a-histórico e taxonômico kropotkiniano. Devemos observar que existe uma convergência entre as duas análises, pois ambas impedem a análise histórica concreta do pensamento e prática anarquista: a primeira por criar uma representação caricatural do anarquismo e tomar as representações pela realidade, a segunda por transformá-la numa categoria taxonômica genérica que agrupa fenômenos completamente distintos que impedem a caracterização e definição teórica de fenômenos sociais concretos, substituindo os agentes reais pelas classificações dos autores. Com o predomínio dessas duas abordagens, o resultado inevitavelmente é o desconhecimento de uma parte importante dos conflitos e origens (políticas e teóricas) da cisão no movimento operário do século XIX, que condicionaram inclusive sua evolução posterior.

2 - “Revolucionar Sempre”: os usos da anarquia no discurso político operário e a formação de um movimento de massas.

Em primeiro lugar então devemos propor aqui uma **definição da categoria anarquismo que não seja nem uma mera representação inversa e negativa do marxismo nem uma categoria taxonômica arbitrária, mas uma categoria que consiga apreender as definições dos agentes históricos concretos, ou seja, uma categoria dotada de significação social-histórica e precisão teórica**. Em primeiro lugar, devemos afirmar aqui o seguinte: a categoria anarquismo entra no vocabulário moderno por conta do seu emprego na revolução francesa como anátema¹⁰. Ao mesmo tempo, setores radicais reivindicariam para si a designação de anarquista, como identidade positiva, para marcar uma posição avançada. Nesse sentido, é que podem ser interpretadas as formulações de Babeuf em seu jornal **O Tribuno do Povo** número 36. Ao problematizar as tarefas da revolução ele questiona:

Volvamos a nuestra cuestión. No hemos olvidado que se trata del punto: ¿Qué nos queda por hacer?

Nada, nos dice el directorio, o Réal, o Cormatin; ya que es pretender netamente que todo está hecho, que la revolución ha terminado, el quejarse tan amargamente de los anarquistas y de los hombres que quisieron revolucionar siempre. Esta palabra anarquista, usada bajo Lafayette, usada bajo Luis XVI, usada bajo la Gironda, se reproduce ahora con afectación escandalosa. Debe ser familiar a todas las cortes, lo sabemos. Pero nuestros nuevos potentados deberían, quizá, ser más políticos en su afán de prodigarla. Deberían recordar que deben lo que son a la ventaja de haber sido también anarquistas, según el juicio de los reyes de antes de ellos, y la época es todavía reciente. El señor Réal debería recordar igualmente que se ha transformado en un personaje por el hecho de haber sido anarquista, y que se le pueden citar tiempo y circunstancias en que se glorificaba de ello. Pero pasemos a los hombres que quisieran revolucionar siempre¹¹. (Babeuf, 2005).

Ou seja, durante a revolução francesa a categoria “anarquista” era usada como acusação política contra aqueles que queriam “revolucionar sempre”, aprofundar as tarefas da revolução e por isso se colocavam contra os poderes instituídos. Assim, a categoria anarquismo emerge durante o processo revolucionário francês, marcada pela ambigüidade: ela desqualifica/qualifica, marca uma diferença para com os conservadores, mas agrupa todos os setores que querem “revolucionar sempre” sem definir o conteúdo do seu pensamento. Assim, o uso social nesse momento histórico vai ser marcado por essa ambigüidade.

Depois, o uso de tal categoria se faria de forma mais específica no período pós-revolucionário. Seria Proudhon, como já foi notado que empregaria tal categoria

no seu livro “**O Que é a Propriedade? Ou pesquisas sobre o princípio do direito e do Governo**”¹² (1840). Ali a categoria “anarquia” ganha uma formulação teórica nova: ela é empregada para designar uma forma de governo, distinta da monarquia, república e ditadura. Existe um encadeamento no argumento de Proudhon que vincula a crítica da propriedade privada a crítica do governo, e a bandeira da supressão da propriedade leva também a necessidade da mudança da forma de governo. Assim, Proudhon inaugura uma crítica intelectual que vai tomar a categoria anarquismo como elemento chave. Essa crítica intelectual (científica e jornalística) que somente tomaria forma política de massas definitiva mais de vinte anos depois, na década de 1860.

Devemos lembrar que Proudhon, logo após a revolução de 1848, passou um período de três anos na prisão e depois um período de exílio¹³, que só terminou em 1864, quando publica algumas obras que provocarão muito impacto no movimento operário. O retorno para a França é marcado pela retomada das atividades políticas. Um evento em especial marca o final de sua vida, é o debate em torno do Manifesto dos Sessenta Operários, em que se explicita uma nova orientação política de Proudhon, que seria sistematizada nos seus livros “**Do Princípio Federativo – da necessidade de reconstituir o partido da revolução**” e “**A Capacidade Política das Classes Operárias**” que o pensamento de Proudhon assumiria forma acabada, apresentando a anarquia como princípio de governo e o socialismo como forma de organização da economia. Essas obras influenciariam diretamente setores importantes que conformariam o movimento operário francês. Conforma-se um campo no movimento de massas e sindicalismo francês, que será conhecido como “**proudhonismo**”, que se agrupam em torno de propostas políticas às vezes heterogêneas.

Assim, depois de desempenhar uma atividade como intelectual e jornalista, Proudhon tornar-se-ia aquilo que Gramsci denominou **intelectual orgânico**, formulando parte das teses que seriam assumidas por frações da classe trabalhadora e suas organizações. Victor Garcia, no seu livro “**A Internacional Operária**” analisa com propriedade a influência do Proudhonismo na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, exercida por meio das seções francesas.

Finalmente, en el mes de septiembre de 1864 la Asociación Internacional de Trabajadores queda creada: Henri Tolain, Perrachon y Limousin, ya presentes el

año anterior, cargan en sus alforjas el proyecto de la organización y el 28 del mismo mes, en el Saint Martin's Hall, queda aprobada la iniciativa a grandes rasgos. Tal como dijo el maestro Bibal, la Primera Internacional fue un niño nacido en los talleres de París y amamantado en Londres. (García, 2003)

A formação da AIT na Inglaterra não pode obscurecer a importância das seções francesas e dos sindicatos e organizações operárias daquele país. Os temas dos primeiros congressos da AIT e as polêmicas internas marcam claramente como o proudhonismo foi uma corrente importantíssima para a formação da AIT, fato que é às vezes ignorado. Assim, no primeiro Congresso da AIT realizado em Genebra em 1866, que discutiu temas como greves, crédito e socorro mútuo.

Asistieron unos 60 delegados de los cuales 33 eran suizos. El otro núcleo numeroso fue el francés con 17 delegados, once de los cuales representaban el Bureau de París. Por parte del Consejo General se hallaban presentes seis miembros; Alemania estaba representada por tres. Entre la numerosa representación suiza había que contar algunas delegaciones afiliadas al Congreso pero no a la Asociación. (...) Empero, y como ocurre en los ambientes de efervescencia revolucionaria, la medida de las autoridades napoleónicas imprimió un mayor auge de adhesión y de los pocos centenares de miembros registrados en 1866 la A. I. T. pasaba a tener, en 1870, 245,000 (García, 2003).

Assim, o primeiro Congresso da AIT foi majoritariamente composto pelas delegações suíça e francesa. Nesse Congresso se aprofundaram polêmicas também entre dois setores de proudhonianos, um liderado por Tolain e outro por Varlinⁱⁱ, o primeiro com posicionamentos moderados, e o segundo com uma posição radical. Durante a Guerra Franco-Prussiana essas diferenças se expressariam na suas trajetórias políticas, já que Tolain se tornaria deputado na Assembléia Nacional e Varlin um dos dirigentes e mártires da Comuna de Paris¹⁴.

Bakunin atuaria também no interior da AIT, especialmente a partir do período de 1867-68, e se reivindicaria anarquista e proudhoniano. Esta continuidade seria estabelecida dentro do movimento socialista do século XIX, especialmente na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), com a adesão de diversos membros proudhonistas da AIT a organização política formada sob a inspiração de Bakunin. Mas é também no plano do pensamento político que se manifesta uma profunda continuidade. Bakunin fazia questão de afirmar isso nos seus debates políticos:

ⁱⁱ Tolain e Varlin foram importantes lideranças do movimento operário francês no período dos anos 1860, participando da construção da AIT na França.

“Esta é, enfim, a contradição já histórica que existe entre o comunismo cientificamente desenvolvido pela escola alemã e aceito em parte pelos socialistas americanos e ingleses, por um lado, e por outro, o proudhonismo, amplamente desenvolvido e levado até as últimas conseqüências, pelo proletariado dos países latinos”.(Bakunin, 1980, p. 188).

Seriam os proudhonianos revolucionários, reunidos a Bakunin, que formariam parte de um campo que abrangia um movimento de massas, uma organização revolucionária e uma teoria política que se sintetizava na categoria “anarquia”. É a formação daquilo que Proudhon poucos anos antes denominara partido da revolução (no sentido de partidários de uma causa). Assim, a categoria anarquismo vai adquirir um novo significado, teórico e prático, correspondendo a uma nova realidade histórica: ***um movimento social, inserido num contexto histórico determinado, o das guerras civis e guerras entre Estados. O anarquismo, enquanto teoria e movimento revolucionário se define no interior do movimento de massas formado pela AIT, e num certo sentido, desaparece com esse movimento.*** O uso posterior da categoria “anarquismo” por diferentes intelectuais e militantes não deve obscurecer o fato de que existiu uma ruptura teórica e política entre o anarco-comunismo, representado por Kropotkin e Malatesta, e o anarquismo de Bakunin. Malatesta e Kropotkin são representantes de um movimento claramente revisionista, que rompe com todos os pressupostos do bakuninismo¹⁵. ***Por isso, podemos considerar que o anarquismo como fenômeno da “Primeira Internacional” é sinônimo de bakuninismo, pois é sob a prática e o pensamento de Bakunin que ganha forma consistente a teoria anarquista, com um pensamento e ação política distintas do republicanismo burguês e da social-democracia/comunismo, eliminando as ambigüidades que marcavam o uso do conceito de anarquia no período anterior, dando-lhe um conteúdo historicamente novo.*** É esse pensamento e ação que analisaremos agora.

3 - A filosofia e a teoria social bakuninista: o materialismo sociológico e a crítica da religião, do individualismo e do Estado.

Não iremos aqui fazer uma cronologia de toda a obra de Bakunin. Apresentamos apenas um quadro sumário de alguns dos livros ou folhetos publicados por Bakunin em sua vida, que somados a algumas cartas e artigos,

constitui o nosso arquivo de fontes. Os primeiros documentos do período anarquista de Bakunin são os “Documentos Organizacionais”: o ***Catecismo Revolucionário*** e o ***Catecismo Nacional*** (ambos de 1864). Estes constituíam o Programa da Organização Revolucionária fundada naquele ano e da qual Bakunin fazia parte e era um dos principais agitadores. Os livros de Bakunin começam a aparecer logo na seqüência, nos anos de 1866-1873. Todos eles se referem a acontecimentos específicos, estando profundamente imbricados na história política e social do século XIX.

Acontecimentos como a unificação da Itália, as Revoluções de 1848, a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris, os conflitos étnicos e a luta de classes no mundo, são os temas tratados. Este caráter ***eventual*** é o que confere ao seu pensamento sua força teórica e sua especificidade histórica. Dentre os livros principais em que ele formula uma abordagem filosófica e um teoria da revolução social destacam-se “***Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo - Proposição apresentada ao Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade***”, publicado em 1867; ***O Urso de Berna e o Urso de São Petersburgo***, (1869). “***O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social***”, publicado em 1870. “***Cartas a um Francês sobre a Crise atual***”, ***A Situação Política da França*** (1871), ***Três Conferências aos Operários do Vale Saint-Imier*** (1872), e finalmente “***Estatismo e Anarquia – a luta de dois partidos na Associação Internacional dos Trabalhadores***” (1873). Iremos levar em consideração especialmente essas obras, pois nelas delineia-se claramente a sua filosofia e projeto científico (a formação de uma sociologia da liberação) bem como sua teoria da revolução, na qual ocupa um lugar central a teoria do Estado.

Uma relação entre a teoria e a prática política bakuninista pode ser claramente identificada no seu texto *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*¹⁶. Nela encontramos três pilares fundamentais da filosofia de Bakunin: a defesa da *liberdade política* (federalismo), da *igualdade econômica* (socialismo) e do *materialismo* (antiteologismo). De certa maneira, este livro constitui uma das principais bases do pensamento de Bakunin, já que articulam a dimensão que poderíamos denominar de político-programática com a dimensão teórico-filosófica. Bakunin apresenta desta maneira a sua argumentação: “*Podrá parecer extraño a muchas personas que en un escrito político y socialista tratemos cuestiones de metafísica y de teología. Pero es que, según nuestra convicción más íntima, estas*

cuestiones no se pueden separar de las del socialismo y de la política.” (Bakunin, 2003b, p. 29) A crítica da religião e do idealismo está ligada dialeticamente a crítica do Capital e do Estado.

Identificando estes aspectos podemos afirmar que a teoria bakuninista possui três filiações intelectuais e científicas: a filosofia alemã (Hegel, especialmente), o socialismo proudhonista e o positivismo científico¹⁷. Devemos contextualizar historicamente essa produção e suas influências intelectuais. O liberalismo e o individualismo burgueses, a filosofia hegeliana, o socialismo, o positivismo e o evolucionismo contribuíram decisivamente para a ruptura com as bases ideológicas do Antigo Regime. Portanto, num movimento dialético, alimentaram e foram alimentados pelas rupturas políticas e econômicas do século XIX. No momento em que Bakunin escreve quase toda a Europa vivia ainda sob regimes monárquicos absolutistas, regimes estes que se fundamentavam e se legitimavam na “teoria do Direito Divino dos Reis”. Quando Bakunin escreve no livro acerca do “antiteologismo”, ele está, na verdade, rompendo com a teoria ideológica que legitimava o Estado. Portanto, o antiteologismo é um fundamento do “antiestatismo”, e, conseqüentemente, do socialismo, na percepção de Bakunin.

Bakunin recorre ao positivismo de Augusto Comte e ao evolucionismo de Charles Darwin para negar a *teoria criacionista* e a *teoria do direito divino dos reis*. A formação histórica do Estado indica exatamente que a “teoria do direito divino dos reis” tem seu fundamento na alienação encontrada na organização social e política monárquica na Europa, Ásia e África. Logo, a as concepções mágico-religiosas (o “teologismo”, ou seja, alienação social por meio da religião), é um fenômeno histórico fundamental e praticamente universal, sendo que ele está na base de formação do Estado em diversas sociedades. Assim, desde a antiguidade até a modernidade, o teologismo teria uma importância capital na organização política e social (basta ver que a Monarquia foi uma forma dominante em toda a Europa, desde antiguidade, e mesmo na América Pré-Colonial e Ásia ela se produziu).

Além disso, Bakunin analisa a teoria do Estado, desenvolvida pelos pensadores liberais modernos. ***Ele considera as teorias individualistas como uma forma de atualização do “teologismo”, só que agora, dentro da filosofia.*** A teoria do “estado de natureza” e do “individualismo” seriam exatamente baseadas em ficções, e não no desenvolvimento histórico real. As Teorias do Estado moderno são teorias individualistas: a idéia de estado de natureza (de Hobbes e Locke), em

que o indivíduo viveria em estado de liberdade natural, parte da suposição que o homem, devido a sua constituição intrínseca, seria levado a destruir os outros homens, sendo necessário um poder moderador que regulasse os indivíduos. Esta regulação seria feita por meio de um contrato, que fundaria o Estado e através dele, a sociedade. Logo, pela teoria do estado moderno, o Estado precede à sociedade e a cria, em razão do individualismo natural. Para Bakunin, estas teorias representam a transposição do teologismo para a filosofia, mas mantendo-se a mesma estrutura do pensamento religioso (a analogia que Bakunin realiza, é que assim como no cristianismo, a idéia de pecado original do homem leva a queda do paraíso, os filósofos modernos criaram uma “estado de natureza”, que cumpriria uma função análoga a do “paraíso divino”, e do qual o homem também “cairia”; o Estado seria então o meio pelo qual o homem poderia ser realizado). Basta lembrar que Hobbes denomina o Estado de “Leviatan”, o que mostra que estas teorias do Estado estavam fundadas ainda num discurso religioso.

As concepções idealistas do individualismo seriam formas filosóficas de reação e “re-introdução do teologismo” no interior da própria filosofia, que no momento de seu surgimento recusou esta forma e se apresentou como crítica da alienação. É interessante notar então que teríamos um fenômeno geral, o “teologismo”, como primeira e universal forma de expressão do fenômeno da alienação nas sociedades humanas, e o idealismo na filosofia (e depois na ciência), seria a reincorporação dos pressupostos teóricos e discursivos deste teologismo enquanto fenômeno social. O anti-teologismo, no plano ideológico-social (ou a crítica da alienação, da transferência da responsabilidade da dinâmica do mundo social do homem para forças mágico-religiosas) corresponderia no plano teórico, ao anti-idealismo, ao materialismo.

O materialismo é uma forma de crítica teórica do idealismo e de crítica social da alienação diante do Estado. Assim, a base filosófica de Bakunin um tipo particular de materialismo:

"Quem tem razão, os idealistas ou os materialistas? Uma vez feita à pergunta, a hesitação se torna impossível. Sem dúvida, os idealistas estão errados e os materialistas certos. Sim, os fatos têm primazia sobre as idéias; sim, o ideal, como disse Proudhon, nada mais é do que uma flor, cujas condições materiais de existência constituem a raiz. Sim, toda a história intelectual e moral, política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica. (Bakunin, 1988¹⁸).

Nesse sentido, Bakunin vai defender um método científico materialista centrado na noção de **experiência coletiva** e no conceito **de ação**. Na teoria de Bakunin, a experiência e ação são elementos centrais da sua formulação teórica e filosófica. Esses conceitos se expressam especialmente na definição do método e do objeto:

"Por tanto, lo que el hombre busca, ante todo, al salir de la teología y de la metafísica, es un método verdaderamente científico, un método que le dé, ante todo, una completa certidumbre de la realidad de las cosas sobre las cuales razona.

Pero el hombre no tiene otro medio para asegurarse de la realidad cierta de una cosa, de un fenómeno o de un hecho, que el de haberlos realmente encontrados, constatados, reconocidos en su integridad propia, sin ninguna mezcla de fantasías, de supuestos y de adjudicaciones del espíritu humano. La experiencia se convierte, pues, en la base de la ciencia. No se trata aquí de la experiencia de un solo hombre. Ningún hombre, por inteligente, por curioso que sea, por felizmente dotado que esté, desde todos los puntos de vista, puede haberlo visto todo, encontrado todo, experimentado todo por sí propio. Si la ciencia de cada uno debiera limitarse a sus propias experiencias personales, habría tantas ciencias como hombres y toda ciencia moriría con cada hombre. No habría ciencia.

La ciencia tiene, pues, por base la experiencia colectiva, no sólo de todos los hombres contemporáneos, sino también de todas las generaciones pasadas. Pero no admite ningún testimonio sin crítica. Antes de aceptar el testimonio, sea de un contemporáneo, sea de un hombre que no existe ya, por poco que me atenga a no equivocarme, debo inquirir, primeramente, sobre el carácter y la naturaleza, tanto como sobre el estado de espíritu de ese hombre, de su método. (Bakunin, 2003a).

Este método visa fundamentalmente à compreensão dos modos regulares de ação, reação e variação dos fenômenos, das condições de sua existência e reprodução dos acontecimentos econômicos, sociais e históricos.

"De donde resulta que todas las cosas reales, en su desenvolvimiento y en todas sus manifestaciones, son fatalmente dirigidas por sus leyes, pero que esas leyes les son tan poco impuestas, que constituyen, al contrario, todo su ser (...)

Descubrir, coordinar y comprender las propiedades, o los modos de acción o las leyes de todas las cosas existentes en el mundo real, tal es, pues, el verdadero y único objeto de la ciencia." (Bakunin, 2003a)

Assim, **experiência e ação constituem os conceitos centrais da filosofia bakuninista**. Do ponto de vista da aplicação, a sua reivindicação da sociologia como ciência, implica na necessidade construir uma análise a partir da experiência histórica e da ação, o que vai também ser à base da sua formulação política.

De acordo com a perspectiva bakuninista, a sua concepção de materialismo, a determinação é relativa, pois é apenas uma forma de ação-reação. Sendo assim, a determinação é seguida pela indeterminação relativa, pela possibilidade de combinação de fatos, de ações e reações, engendrando novos produtos. A determinação é à base da realidade material, mas ela se aplica a elementos bem específicos. O que é *determinado* são as condições de *surgimento e reprodução do mundo social* (que são sempre as mesmas – os seres vivos sempre terão a necessidade de se nutrir de alguma fonte de energia e, uma vez que estão em vida, estão destinados a seguir seu ciclo de criação-destruição); os desenvolvimentos *não são determinados*. O desenvolvimento histórico real, porém, tanto no mundo natural quanto social, é indeterminado, aberto às novas combinações, resultando de multi-causalidades. Assim, não existem pré-determinações, causas unilaterais, características inatas que determinem a sociedade ou o homem, pois o determinante do ser é a *ação*; o que constrói os *sistemas* são as *relações concretas*; em suma, a vida social é o resultado de *múltiplas interações*.

Diante da pluralidade de combinações, do movimento contínuo das ações e reações e da multi-causalidade dos fenômenos sociais, somente o acúmulo histórico e coletivo da investigação científica é capaz de traçar as respostas aos problemas sociais e científicos. Sendo assim o método bakuninista é pautado no pressuposto de que a realidade é uma *totalidade material* (compreendida aqui como o conjunto das ações e reações de todos os fatores reais, físico-químicos, biológicos e sociais), o que faz com que a *sociedade* seja o centro do processo de ação e reação incessante sobre a *natureza*, sobre os indivíduos que a compõem e sobre si mesma, dito de outra maneira, a *sociedade* é o motor da *transformação do mundo material*. O pressuposto de toda análise é a experiência concreta, sendo que a ação, a consciência, as idéias são, simultaneamente, produto e produtoras de novas experiências.

O pensamento de Bakunin pode ser designado de *materialismo sociológico* porque toma não somente a sociologia como projeto científico, mas porque o conceito de sociedade é também central no seu pensamento. Ou seja, se no plano da teoria da realidade, a origem do homem e do mundo é a matéria, no plano da teoria da sociedade, o homem não é mais do que o produto desta mesma sociedade. Não existe vida humana sem sociedade:

“O homem não criou a sociedade, nasceu nela. Não nasceu livre, mas acorrentado, produto de um meio social particular criado por uma longa série de influências passadas, por desenvolvimentos e fatos históricos. Está marcado pela região, o clima, o tipo étnico, a classe a que pertence, às condições econômicas e políticas da vida social, e finalmente, pelo local, cidade ou aldeia, pela casa, pela família e vizinhança em que nasceu. (Bakunin, 1976, p. 13).”

Cabe ressaltar que seu projeto científico está diretamente relacionado com sua prática política, pois ao definir a ciência racional afirma: *“A filosofia racional ou ciência universal não procede aristocraticamente, nem autoritariamente como a falecida metafísica. (...) A filosofia racional é uma ciência democrática. Organiza-se de baixo para cima livremente, e tem por fundamento único a experiência”*. (Bakunin, 2003b). Portanto, Bakunin defende a ciência, mas condena o cientificismo positivista, pois este transforma a ciência num instrumento autoritário.

O método bakuninista tem por base o *materialismo* tal qual expostos anteriormente, isto é, a concepção de que a *ação* determina o *ser*, da mesma forma que a vida é um processo de ação-reação permanente do todo sobre cada parte e de cada parte sobre o todo, possuindo multi-causalidades¹⁹. Portanto, é sobre esse processo dinâmico e complexo que a investigação científica deve se debruçar, objetivando *“descubrir, coordinar y comprender las propiedades, o los modos de acción o las leyes de todas las cosas existentes en el mundo real”* (Bakunin, 2003a). Resumidamente, podemos indicar que o método e o pensamento de Bakunin: 1) opõe-se a todas as formas de idealismo/teologismo; 2) tem por base o naturalismo como refutação do *criacionismo*; 3) entende a *ação*, a prática concreta, como determinante do *ser*; 4) pressupõe a multi-causalidade dos fenômenos; 5) compreende a diversidade da vida como resultado de um processo dialético e ininterrupto de ação e reação. Esses pressupostos se refletem na sua teoria da sociedade, na centralidade atribuída ao papel do Estado na história e a crítica do estatismo como uma força social.

4 - O Estatismo: os fundamentos e os partidários do Estado.

Uma das principais formulações do pensamento anarquista de Bakunin é a idéia de que o Estado é uma das forças agentes que determinam as formas de organização da sociedade. O Estado apresenta-se como forma histórica que marca o próprio desenvolvimento das sociedades humanas, desde a antiguidade até a

modernidade. Logo, o Estado aparece não somente como um fenômeno derivado da estrutura econômica, mas como um fator determinante da estrutura da sociedade, inclusive da economia. A emergência de Estados cada vez mais vastos e com maiores poderes, e a tendência de sua expansão, é apontada por Bakunin como um dos principais fatores a influenciar história da humanidade, inclusive do desenvolvimento econômico. A crítica do Estado se encontra dispersa em quase toda a obra de Bakunin, mas é no livro **“Estatismo e Anarquia”** que ela ganha uma dimensão diferente. O próprio sub-título do livro (*“A luta de dois partidos na AIT”*) **marca que para Bakunin, o estatismo é um fenômeno que abrange a própria teoria “social-democrata/comunista”, sendo a contradição entre os partidários das diferentes formas de Estado e os partidários da Anarquia, a principal para o movimento dos trabalhadores e a revolução social.**

Nesse sentido, o conceito de estatismo recobre esta relevância e importância atribuída ao Estado enquanto unidade política, e mesmo não estando plenamente sistematizado em Bakunin, sintetiza algumas teses e análises históricas do autor que cabe aqui dar forma teórica mais acabada. O uso do conceito de **“estatismo”** em Bakunin compreende três significados distintos: 1º) a tendência do Estado-Nacional moderno estender de forma “geométrica” suas funções e atribuições, tanto social como territorialmente, e da sociedade organizar-se em função do Estado, iniciando um processo de centralização política crescente; 2º) a tendência à disseminação de “doutrinas” ou “ideologias” que afirmam a necessidade do Estado e da extensão de suas atribuições, legitimando-a e glorificando-a; 3º) uma etapa histórica em que ao mesmo tempo tais tendências sociais e doutrina afirmam-se e tornam-se dominantes dentro da sociedade. É a definição de tal conceito a partir da obra de Bakunin que iremos realizar adiante.

Para entender as tendências verificadas dentro no desenvolvimento do Estado, é preciso identificar qual é o seu princípio e quais as condições de sua existência num sistema internacional de Estados. O Estado-Nacional é necessariamente conquistador. Um dos elementos fundamentais do estatismo é sua tendência centralizadora, militarista e conquistadora. Dessa maneira, a violência, a autoridade e a força, são os principais mecanismos de operação e de constituição dos Estados.

“O Estado moderno, por sua essência e pelos objetivos que se fixa, é por força um Estado militar, e um Estado militar está condenado, não menos obrigatoriamente, a se tornar um Estado conquistador; se ele próprio não se lançar à conquista, será conquistado, pela simples razão de por toda parte onde q força existe, é preciso que ela se mostre ou aja... o Estado moderno, militar por necessidade, traz em si a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal; mas um Estado universal, sem duvida quimérico, só poderia em todo caso ser único (...) A hegemonia nada mais é senão a manifestação tímida e possível desta aspiração quimérica inerente a todo o Estado; a impotência relativa ou pelo menos a sujeição de todos os Estados vizinhos, é a condição primeira da hegemonia. Assim, enquanto durou a hegemonia da França, teve como condição a impotência nacional da Espanha, da Itália e Alemanha...” (Bakunin, 2003, p. 36-37).

Daí decorre que “ser um Estado conquistador, significa manter subjugados pela violência muitos milhões de indivíduos de uma nação estrangeira”, “significa o sacrifício da liberdade e bem estar do povo trabalhador”. (Bakunin, 2003, p. 66-67). Nesse sentido, a violência se torna o principal instrumento de uma **dominação simultaneamente nacional e de classe**. Ou seja, o desenvolvimento da “burocracia” ou da administração era uma exigência do processo de desenvolvimento do Estado, que para ser forte precisa fortalecer seus instrumentos administrativos, policiais-militares e também o seu orçamento. O desenvolvimento da repressão e burocracia são assim os pilares do desenvolvimento do estatismo.

Para Bakunin o Estado é sempre o instrumento de uma classe. Ou então, em situações históricas particulares, o Estado pode emergir como “Máquina” (como afirma claramente no artigo “O Patriotismo”) dotada de autonomia, mas tenderá a criar uma classe interessada na sua preservação. O **Estado-Máquina** só pode ser uma forma de preparação de um **Estado-Classe**, ou seja, um Estado ligado organicamente a uma classe social. Essa definição tipológica do Estado é essencial para compreendermos a teoria da revolução de Bakunin.

Enquanto etapa histórica, a idéia de estatismo recobre duas tendências distintas; em primeiro lugar, e de maneira fundamental, a relação dialética entre centralização estatal e monopolismo econômico, de maneira que uma alimenta e reforça a outra. É impossível então pensar o estatismo sem pensar o aumento das taxas de exploração e das formas de extração de mais valia absoluta. Ao mesmo tempo, essa dialética centralização/monopólio é expressão e consequência do caráter que o Estado Moderno assumiu com o desenvolvimento do estatismo, ou seja, um caráter burguês (apesar de que nas suas primeiras manifestações, houve um “estatismo” relacionado a uma classe dominante nobiliárquica e clerical).

Decorre desse caráter burguês do Estado capitalista e da economia, que o próprio sistema de Estados se pautava numa competição entre os Estados pela hegemonia, e mesmo pela supremacia, que caberia sempre ao Estado mais vasto, que conseguir controlar territórios (comércio exterior), mares e povos. A centralização de poderes no Estado levará também no sistema de Estados a uma centralização de maiores poderes nos maiores Estados, que assumirão então a forma de Impérios – que se torna o conceito para exprimir e descrever Estados que são potências militares e geopolíticas. O Império é um tipo particular de Estado que consegue a hegemonia numa região e que disputa a supremacia no sistema mundial de Estados. O desenvolvimento do estatismo sempre leva a formação, no sistema internacional de Estados, pela lógica de competição e conquista que lhe é inerente, de um Império que detém a supremacia sobre outros Impérios e Estados rivais²⁰.

No livro *“Estatismo e Anarquia”*, Bakunin aprofunda a sua teoria do Estado Capitalista (e do estatismo em geral), onde desenvolve de um lado a ênfase no elemento da violência e da dominação, de outro o tema da conexão dialética do Estado com a organização econômica capitalista:

“Esta reação não é outra coisa senão o coroamento da idéia antipopular de Estado novamente constituído, cujo único fim é organizar a exploração mais vasta do trabalho em proveito do capital que está concentrado nas mãos de poucos: assim pois é o triunfo do reino da alta finança, da bancocracia sob a proteção poderosa do poder fiscal, burocrático e policial que se apóia sobretudo na força militar...” (Bakunin, 1980 vol.5, p. 68).

O mesmo que a produção capitalista e a especulação dos bancos que, ao fim das contas, devora essa produção mesma devem por temor a uma bancarrota, ampliar sem cessar seus limites em detrimento das especulações e produções menores, a que englobam e aspiram a universalizar-se; o mesmo o Estado moderno, militar por necessidade, leva em si a aspiração inevitável a converter-se em um estado universal...” (Bakunin, 1980 vol.5, p. 69-70).

A competição e o monopolismo capitalista têm um paralelo na competição entre Estados e no monopólio da violência pelo Estado. A especificidade do Estado Capitalista ou Burguês, é que nele, a tendência à centralização e ao militarismo é crescente de forma que há uma relação dialética ascendente, acumulação de capital-centralização do poder. Há uma tendência ao aumento progressivo e contínuo da centralização estatal, autoritária, burocrático-militarista, da extensão dos trabalhadores improdutivos que emprega, das forças armadas, do militarismo e da

repressão policial, independentemente da forma do Estado, monárquica ou republicana, democracia ou ditadura. O Estado cresce para fazer crescer a exploração. Esse é um aspecto central, e um dos elementos que vão marcar as diferenças do pensamento de Bakunin para o de Marx e Engels.

Essa diferença fica explícita na Carta ao jornal *Le Liberte*, em que Bakunin marca com clareza a sua diferença para com o determinismo econômico do comunismo alemão, Bakunin diz:

“É um princípio profundamente verdadeiro logo que o consideramos sob o seu verdadeiro aspecto, isto é, sob um ponto de vista relativo, mas que, visto e posto de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a primeira fonte de todos os outros princípios, como o faz esta escola, torna-se completamente falso.” (Bakunin, 1976, p. 92).

O estado político de cada país ... é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação econômica: para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todos os segredos das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reação contudo evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: ‘A miséria produz a escravatura política, o Estado’; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: ‘A escravatura política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição de sua existência; de modo que para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado’. (Bakunin, 1989).

Assim, para Bakunin, não é possível assumir uma determinação absoluta da economia sobre a política e sobre o Estado. Ele coloca o Estado também como um fator determinante, inclusive da própria economia. Assim, para Bakunin, o **estatismo representava a força que caracterizaria a evolução do próprio capitalismo. E mesmo teorias como o comunismo alemão, fortaleciam o Estado, e por isso, ele as considerava como parte do próprio fenômeno do estatismo, e em contradição com a anarquia, que seria a teoria e expressão da revolução social, que por definição era a negação do Estado.** É dessa caracterização teórica que Bakunin extrai as orientações políticas: Centralização e Monopólio sendo as tendências dominantes da sociedade moderna deveriam ser combatidas por um programa determinado: o *federalismo* e o *socialismo*.

5 - A Aliança: a anarquia como revolução social e seu programa.

Esses delineamentos teóricos foram desenvolvimentos paralelamente à construção da organização denominada “Aliança” que atuou no seio do movimento revolucionário europeu e em especial, da AIT. A teoria dessa organização e sua prática, ao contrário do que afirmou Engels, tinha uma profunda relação de continuidade. Mas para entendermos isso é preciso entender o contexto do final do século XIX. O contexto histórico do surgimento do anarquismo e da organização política é o da consolidação dos Estados-Nacionais burgueses (unificação da Itália e Alemanha), do início da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e das revoluções “republicano-democráticas” (1848-1870), nas quais se insere como desdobramento socialista, a Comuna de Paris (1871).

A história da organização anarquista está associada à confluência de três fatores: 1) a existência de uma tendência teórica anarquista, inspirada nas idéias de Proudhon, no movimento operário francês, principal centro do movimento na Europa até 1860; 2) as dissidências “socialistas” nas tendências republicanas, especialmente na Itália, durante as guerras de unificação; 3) as guerras nacionais e regionais de unificação, contra as monarquias, que desestabilizavam a Europa²¹, o que permite dizer que existia em diversos países da Europa uma **situação pré-revolucionária**; 4) a ação política de Mikhail Bakunin depois de sua fuga da Sibéria em 1861, que, operando sobre estas condições objetivas, tentou traçar uma teoria, uma estratégia e um programa que deveriam ser realizados por uma **organização revolucionária**.

Retomando sua militância revolucionária, Mikhail Bakunin passa a defender a *Revolução Universal*, isto é, desenvolve a concepção de que:

“Hoje nenhuma revolução pode ser bem-sucedida em qualquer país se não for ao mesmo tempo uma revolução política e social. Todas as revoluções exclusivamente políticas – seja em defesa da independência nacional ou por mudanças internas, ou até pelo estabelecimento de uma república – que não objetive a imediata e real emancipação política e econômica do povo será uma falsa revolução. Seus objetivos não serão alcançados e sua consequência será reacionária. A Revolução deve ser feita não para, mas pelo povo e não pode nunca ser bem-sucedida se não envolver entusiasticamente todas as massas do povo, ou seja, no campo e nas cidades”.
(Bakunin, *Catecismo Nacional*).

O conceito de **Revolução Social** cunhado por Bakunin estava amparado na afirmação da necessidade da aplicação da destruição do Estado e da propriedade simultaneamente no processo revolucionário. Essa concepção de revolução seria materializada no programa da organização bakuninista. Esta organização seria

fundada em 1864 com o nome de “**Fraternidade Internacional**” ou “**Sociedade Internacional Revolucionária**”, e atuaria em dois campos: o do republicanismo radical europeu, através da participação nos Congressos da “Liga da Paz e da Liberdade” (1867 e 1868), e no movimento proletário, que, por questões teóricas e ideológicas, se constituía no seu principal espaço de atuação (daí a adesão à AIT em 1867-68). As bases da Fraternidade são os textos “**Programa da Fraternidade Internacional**”, “**Catecismo Nacional**” e “**Catecismo Revolucionário**” (1866)²², que formulam os princípios ideológicos, programáticos e estratégicos da organização anarquista.

Max Netlau, ao analisar alguns manuscritos de Bakunin, afirma o seguinte: “... a Aliança é chamada de ‘Aliança dos Socialistas Revolucionários’ que existe desde 1864, é verdade, mas que começou a estabelecer-se na Internacional somente depois de 1868, uma passagem que nos dá a data autêntica da origem da sociedade secreta de Bakunin, o ano de 1864, quando se estabeleceu em Florença...” (Netlau, 1977, p. 114).

Ao que parece, podemos traçar a evolução da organização anarquista da seguinte maneira: em 1864, é fundada a Fraternidade Internacional na Itália, com socialistas e republicanos dissidentes, ex-seguidores de Mazzini; esta organização intervém em 1867 no II Congresso da Paz e da Liberdade e o grupo que rompe com o Congresso adere à AIT, fundando a “Aliança da Democracia Socialista” (organização pública, com caráter de fundação de estudos), que depois se ramifica na França e Espanha até 1869 (quando é dissolvida). A Fraternidade Internacional se mantém e em 1869 passa por um processo de depuração, surgindo logo depois a “**Aliança dos Socialistas Revolucionários**” (organização secreta), que, pelo que M. Netlau indica, foi o nome assumido pela Fraternidade Internacional depois de 1869.

O programa e a estratégia bakuninista estão desenvolvidos, fundamentalmente, nos “*Catecismos*”, e são extremamente elaborados, no sentido de que delineiam com clareza as medidas concretas a serem adotadas numa **situação pós-revolucionária**. E é neste sentido que devem ser compreendidos: o programa delineado é um programa revolucionário, um “programa máximo”, que supõe a realização de uma revolução e que se apresenta, portanto, como uma série de medidas para a **situação pós-revolucionária** (e o contexto histórico das guerras e revoluções operárias fazia com que tais questões estivessem na ordem do dia).

Os três documentos mencionados acima determinam as bases da organização anarquista e as orientações teóricas de experiência prática. Constituem uma totalidade em que se afirma uma teoria da organização política, abrangendo tanto os **princípios organizativos**, quanto os **princípios teórico-ideológicos**, assim como os **princípios estratégicos** e os **princípios programáticos**. Este conjunto, conformando uma totalidade, delinea uma concepção clara e determinada de Revolução e de seu processo. Aqui analisaremos exclusivamente os princípios organizativos e programáticos.

A estrutura e as regras organizativas assumidas pelo Programa da Fraternidade indicam o seguinte: 1) a organização política deve ser composta por uma dupla estrutura, a **organização internacional** e a **organização nacional**, sendo que “a direção cabe à família internacional”; 2) define os **elementos subjetivos** necessários ou perfil do militante; 3) que a organização deve combinar dialeticamente a centralização²³ (construção da unidade da luta revolucionária, de baixo para cima) e a localização (descentralização, ou distribuição das forças revolucionárias por diferentes pontos da sociedade e território)²⁴:

“Assim, centralizada pela idéia e pela identidade de um programa comum a todos os países; centralizada por uma organização secreta que unirá não apenas todas as partes de um país, mas muitos, senão todos os países, em um único plano de ação; centralizada ainda pela simultaneidade dos movimentos revolucionários no meio rural e urbano, a revolução deverá adquirir o caráter local no sentido de que não deverá começar por uma grande concentração de todas as forças revolucionárias de um país em um único ponto; nem adquirir jamais o caráter romanesco e burguês de uma expedição quase revolucionária, mas, surgindo ao mesmo tempo em todos os pontos de um país, terá o caráter de uma verdadeira revolução popular na qual tomarão igualmente parte mulheres, velhos, crianças e que, por isso mesmo, será invencível”. (Bakunin, 1866, Catecismo Nacional).

Além disso, em razão das características da atividade da organização: 1) os revolucionários devem se organizar de forma combinada, e não excludente, em “associações públicas e secretas” com o objetivo de ampliar o campo revolucionário e de preparar um movimento simultâneo; 2) em razão do caráter de suas atividades, devem adotar uma “forte disciplina revolucionária”. A organização política deve ser estruturada sobre estas bases, tendo como papel a preparação (**iniciação-direção**) da revolução, e deve estar coordenada sobre uma organização internacional que dirige as organizações nacionais, estabelecida sobre uma disciplina revolucionária e

um programa comum. É sobre este alicerce que se colocam os objetivos programáticos e a estratégia para sua realização.

Com relação ao Programa, é nítido que a **federação das comunas é o elemento central**. Diferentemente do que afirma Engels, o programa bakuninista não era contrário a formação de governos gerais, mais indicava que esse processo deveria se estabelecer de baixo pra cima e caracteriza exatamente o que se entende por isso. Sendo assim, podemos diferenciar as bases programáticas em três tipos: econômicas, políticas e sociais, profundamente inter-relacionadas. As medidas **políticas** são: 1) destruição do Estado (centralista, burocrático) e de suas instituições (universidades, bancos, igrejas); 2) abolição da Monarquia, estabelecimento da República e laicização das instituições políticas; 3) instituição da organização federalista, com funcionários eleitos pelo povo, na base do sufrágio universal. Depois do processo de descentralização, na primeira fase da situação revolucionária, a revolução deverá assumir um caráter federalista, tendo as **comunas revolucionárias** como unidades-base, “*estabelecendo uma administração e tribunais revolucionários*”, também baseados no sufrágio universal e na responsabilidade (imperatividade/revogabilidade dos mandatos); 4) federalização das comunas (ou sua centralização, de baixo para cima), pois isoladas as comunas serão derrotadas, formando um **pacto federal**, um **governo** e uma **assembléia** ou **parlamento revolucionário**. Segundo os termos do texto, “*a ordem e a unidade renascerão como produtos da liberdade revolucionária*”; 5) direito de secessão; 6) organização política com base na **comuna**, representada pela “*maioria dos votos dos seus habitantes*”. Ela tem o direito de criar sua carta ou constituição, mas esta deve estar ajustada à carta e organização política da federação e seu governo (assim como os departamentos ou províncias); 7) estabelecimento, pelo parlamento e pelo governo provincial e nacional (unicameral ou bicameral), dos **pontos obrigatórios a serem seguidos por toda a organização política (comuna, província e nação)**; 8) deliberação, pelo parlamento e governo nacional, sobre a formação ou não de um **exército**, sempre por tempo determinado; 8) preparação de todo cidadão para que venha a ser um **cidadão-soldado**, formado para a guerra²⁵.

Um pressuposto dos *Catecismos* é o de que a organização política da sociedade exige uma organização econômica que lhe sirva de base. Neste sentido, colocam-se como as primeiras das medidas econômicas: 1) coletivização das terras, mas com a posse ou o produto destas pertencendo exclusivamente aos que nela

trabalham; 2) instituição da base dos direitos políticos através do **trabalho** e sanção destes direitos aos possíveis segmentos sociais não-trabalhadores; 3) coletivização dos meios de produção, que pertencerão diretamente aos trabalhadores²⁶; 4) sendo o **trabalho** a base dos direitos políticos, supressão da hierarquia entre “trabalho intelectual e trabalho manual”, através da exigência do revezamento entre as atividades produtivas e de direção-gestão (da economia), assim como da igualdade de rendimentos. As principais medidas sociais dos “*Catecismos*” visam garantir: 1) liberdade religiosa; 2) abolição das classes; 3) direito à educação pública integral e à proteção social, financiada e garantida pela sociedade; 4) liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, liberdade de propaganda e de organização; 5) igualdade de direitos entre homens e mulheres; 6) abolição das penas degradantes e cruéis, das punições corporais e da pena de morte.

A federação socialista é exatamente o produto desse programa. Ao contrário do que afirmara Engels, a formação de governos locais na seqüência dos processos revolucionários não era uma contradição com o programa anarquista, mas ao contrário, era previsto por ele. Nesse sentido, a experiência da Comuna de Paris não foi saudada por Bakunin de forma artificial, nem sua defesa uma tática aleatória. Bakunin defendia a formação de outras Comunas (e é esse o sentido da sua presença em Lyon em 1871 e sua participação numa tentativa de levante fracassado) e sua federação revolucionária com Paris e outras Comunas no País. A tentativa de reprodução dessa política em 1873 na Espanha, descrita por Engels em tom condenatório e mesmo jocoso em certos momentos, é o esforço de aplicar a mesma linha revolucionária aplicada em Paris. O próprio Manifesto da Comuna de Paris evocava a formação de outras Comunas revolucionárias pela França. Esse programa da federação de comunas revolucionárias, com o ataque as bases econômicas e religiosas do Estado, não foram apenas esboçados em documentos, mas fizeram parte (de forma bem ou mal sucedida já outra discussão, que exige outro artigo) da experiência do movimento operário e popular do século XIX, e explicam em parte as causas de sua cisão histórica.

Conclusão

Uma apreciação crítica da história do anarquismo deve indicar que, na realidade, este se constituiu num fenômeno associado a uma conjuntura histórica

particular: a do surgimento do movimento proletário, das guerras de unificação nacionais, das lutas republicanas, do desenvolvimento do capitalismo monopolista, do surgimento da Primeira Internacional, e, finalmente, da contra-revolução internacional (depois da derrota da Comuna de Paris).

Outro aspecto fundamental é a compreensão da **situação pré-revolucionária** que caracterizava a Europa no início da década de 1860: as guerras civis e nacionais traziam as massas para a arena da ação política, governos eram derrubados, regimes políticos monárquicos ameaçados e o movimento de massas estava em ascensão. Sem levarmos em consideração esta situação, não entendemos as orientações práticas de organização anarquista, os “catecismos” e suas preocupações; nem o porquê da afirmação da necessidade da organização política que combinasse a ação secreta e pública, nem o papel da “Aliança” e da “Internacional”, e da teoria da revolução social, imediata e integral em seu programa.

Esses processos levaram a cisão no movimento operário internacional do século XIX, hoje clássica, entre anarquistas e social-democratas comunistas. O conteúdo teórico dessa cisão passava pelas diferenças teóricas, como a caracterização política do papel do Estado na sociedade e na revolução, e também em apreciações teóricas distintas do seu lugar e importância. A teoria da revolução social de Bakunin era de uma revolução integral, e não de uma revolução por etapas. Para Bakunin a teoria da “revolução em etapas” dos social-democratas representava um projeto de “revolução burguesa” e que por isso abria campo para a aliança com a burguesia e abdicação da própria idéia da revolução em nome de reformas. Assim, definia-se na realidade todo o campo de oposições entre Bakunin e Marx.

A recusa da teoria etapista implicava na recusa também de uma fase de transição entre a sociedade de classes e a sociedade sem classes, que no marxismo era marcada pelo papel positivo do Estado e pela Ditadura do Proletariado. A teoria etapista da revolução estava amparada numa teoria geral da sociedade, o materialismo histórico, que supunha a evolução e sucessão de modos de produção no tempo, da qual o comunismo seria o estágio mais avançado. Essa teoria por sua vez tinha um pilar, a determinação da economia em última instância sobre todas as dimensões da vida social. O determinismo econômico estabeleceu papéis fixos para a burguesia e para o proletariado industrial na revolução. A idéia da revolução socialista ficou atrelada então ao desenvolvimento do capitalismo, da

qual seria um produto. Para que a revolução socialista pudesse se realizar, seria necessário o desenvolvimento do modo de produção capitalista até certo ponto. Essa base teórica permitiu que a defesa do desenvolvimento do capitalismo se tornasse uma bandeira política da social-democracia e comunismo internacionais.

Bakunin criticou firmemente tal teoria da história, questionou o determinismo econômico e conseqüentemente a teoria das classes e do papel do Estado. Essa crítica estava amparada numa concepção materialista, mas um materialismo distinto do materialismo histórico de Marx e Engels (que supõem o determinismo econômico). Ao mesmo tempo, Bakunin elaborou uma teoria acerca do “**estatismo**”, ou seja, uma análise da evolução do capitalismo a partir da perspectiva do desenvolvimento do Estado. E adotou a teoria das forças coletivas como base da crítica econômica do capitalismo. Qualquer revolução que não resolva o problema da exploração das forças coletivas dos trabalhadores será uma revolução burguesa, e por isso, uma contra-revolução, para Bakunin.

Devemos entender a oposição entre a teoria bakuninista da revolução integral e a teoria marxista da revolução em etapas (revolução democrático-burguesa; fase de transição socialista até o comunismo) a partir das concepções sociológicas divergentes entre as referidas teorias. Pois para o marxismo o processo revolucionário é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e o Estado Popular continua com essa mesma função, ou seja, desenvolver as forças produtivas até o comunismo.

Os documentos aqui analisados, assim como o pensamento de Bakunin e o conceito de anarquia e seu significado, devem ser compreendidos, dentro do seu devido contexto social e histórico. Por outro lado, vimos que a atribuição de “individualismo, atomismo e etc.” ao anarquismo tal como aqui entendido, é extremamente equivocada. O nosso artigo demonstrou claramente que o conteúdo do anarquismo/bakuninismo é teórica e politicamente preciso. A compreensão correta dos debates no interior do movimento operário e popular e das formulações de Bakunin são fundamentais para todos aqueles que estudam e atuam no interior do movimento operário, e por isso, acreditamos que este texto pode dar uma contribuição mesmo que modesta a reflexão crítica e auto-crítica da experiência do movimento operário.

Political and theoretical origins of the labor movement division.

Abstract

This article makes an analysis of the anarchism as phenomenon of the "First International". This means to analyze as the category anarchism acquired a specific theoretical and social meaning, engendered by the emergency of a social movement and a political organization, structured around the Bakunin's political thought. For that, we make a critic of the conceptualizations of anarchism and of the methods of classification anarchism's studies, formulating a concept of anarchism essentially social-historical.

Key-Words-: 1) anarchism; 2) Bakuninism; 3) International Workers Association.

Bibliografia

Babeuf, Graco. **Manifestos dos Iguais e Outros Escritos**. 2005
<http://www.antorcha.net/> Acessado em dezembro de 2008.

Bakunin, Miguel. **Consideraciones filosóficas**. 2ª Edición cibernética, 2003a.
<http://www.antorcha.net/> Acessado em dezembro de 2008.

_____ **Deus e o Estado**. Cortez Editora, São Paulo, 1988.

_____ **Estatismo e Anarquia**. Editora Imaginário, São Paulo, 2003.

_____ **Federalismo, socialismo y antiteologismo**. 2ª Edición cibernética, enero del 2003b. <http://www.antorcha.net/> Acessado em dezembro de 2008.

_____ **Escritos contra Marx. Conflito de titãs na Internacional**. Editora [Novos Tempos](#), 1989.

_____ **Obras de Bakunin – La Revolucion Social en Francia I**, Ediciones Jucar, Madri, 1979.

_____ **Obras de Bakunin – La Revolucion Social en Francia II**, Ediciones Jucar, Madri, 1980.

_____ **O Conceito de Liberdade**. Edições 70, 1976.

_____ **Oeuvres Complètes**. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).

Bukharin, Nicolai & Fabbri, Luigi. **Anarquismo y Comunismo Científico**. Ediciones Sintesis. Barcelona, 1977.

Carr, E. H. **Bakunin**. Biografias Gandesa, Ediciones Grijalbo, Barcelona-México, 1972.

DROZ, Jacques. **História Geral do Socialismo**. Vol. 3 Livros Horizonte, Lisboa, 1972

Engels, F. **Os Bakuninistas em Ação**. 1873. <http://www.pco.org.br/biblioteca/>
Acessado em dezembro de 2008.

Garcia, Victor. **La internacional obrera. Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional**. 2003. <http://www.antorcha.net/> Acessado em dezembro de 2008.

Gomes, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Editora FGV, 2007. 3ª Edição.

Gurvitch, Georges. **Proudhon**. Edições 70, 1983.

Kropotkin, Piotr. **La Anarquia**. Kropotkin, 2005 [1905] <http://www.antorcha.net/>
Acessado em dezembro de 2008.

Luizetto, Flavio Venâncio. **A presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional**. (Doutorado em História) USP, 1984.

Marx, Engels e Lassale, Obras Avanti!, Vol II. “La Alianza da Democracia Socialista e a “Associação Internacional dos Trabalhadores”. IN: Anarquismo y Comunismo Científico, Nicolai Bukharin & Luigi Fabbri

Netlau, Max. **La Anarquía Através de los tiempos**. 2002
<http://www.antorcha.net/>

_____ **“La Alianza e la Internacional en España”**,. Madrid, La Piqueta, 1977, 156 pp.

Proudhon, Pierre-Joseph. **O Que é a Propriedade. Ou pesquisas sobre o princípio do direito e do Governo**. Editora Martins Fontes, 1988.

Woodcock, George. “Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários” (Volumes 1e 2), Editora LPM, 1984

_____ **“Os Grandes Escritos Anarquistas”**, , Editora LPM, 1990, 4ª edição.

NOTAS

¹ O livro clássico de Ângela Maria de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* é um exemplo da importância que o anarquismo ocupa na história da formação da classe trabalhadora brasileira, segundo os historiadores.

² Em que a formação da FORA e da FORU e sua atuação tiveram uma grande importância.

³ Elas são importantes por diferentes motivos: o texto de Engels traça não somente a crítica marxista e social-democrata a Bakunin, como fixa por esse mesmo movimento a linha política que prevaleceria na II Internacional, com o predomínio da luta legal e parlamentar e a crítica da luta econômica e das “greves gerais” como estratégia revolucionária. Anarquismo e Socialismo e o Estado e a Revolução vão traçar por seu turno a política para a revolução socialista e vão ajudar a definir os próprios rumos da URSS.

⁴ Obras de Marx, Engels e Lassale, *Avanti!* Vol II. “La Alianza da Democracia Socialista e a “Associação Internacional dos Trabalhadores”. IN: *Anarquismo y Comunismo Científico*, Nicolai Bukharin & Luigi Fabbri.

⁵ “*Mas não. O federalismo dos intransigentes e dos seus apêndices bakuninistas consistia precisamente em deixar que cada cidade atuasse por sua conta e declarava essencial, por outro lado, não a união das cidades umas com as outras mas a separação de cada uma delas o que impedia, como é óbvio, a possibilidade de uma ofensiva geral*” (Engels, 1873).

⁶ Estamos considerando aqui os seguintes livros: “Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários” (Volumes 1e 2), da Editora LPM, publicados em 1984 e “Os Grandes Escritos Anarquistas”, também da Editora LPM, na sua 4 edição de 1990.

⁷ Marx Stirner (1806-1856) Stirner era de uma família de classe média luterana. Frequentou sessões das aulas de Hegel na Universidade de Berlim, depois virou professor de história e literatura em uma escola para moças. Entre 1839 e 1844 Stirner começou a frequentar os espaços da “intelectualidade avançada de Berlim”. Escreveu um único livro (*The Ego and its Own, ou “O Ego e Si Mesmo, 1844”*), onde desenvolve suas idéias acerca da relação indivíduo-sociedade, que são centradas em torno da noção de “ego e egoísmo”. Não entraremos aqui na discussão das idéias de Max Stirner em si, mas é certo de que a suposição de que o único centro de orientação da ação social é o “eu” - idéia que muitos atribuem a Stirner.

⁸ Outro caso emblemático do livro de Woodcock é de Henry David Thoreau. Sobre ele o autor diz: “*Por elevar as razões individuais acima das razões de estado e a consciência individual acima das lealdades nacionais, Thoreau se coloca entre os verdadeiros anarquistas.*” (WOODCOCK, 1990, p. 355-56). Thoreau, nascido nos EUA escreveu um livro clássico “Desobediência Civil”. Diz-se que o livro foi o resultado de uma noite de cadeia que autor cumpriu, por não ter pago seus impostos em protesto contra a guerra dos EUA com o México. Nunca manteve nenhuma relação/interação social com anarquistas nem com os movimentos populares influenciados pelo anarquismo. Também jamais se reivindicou anarquista. Thoreau integrava sim um movimento conhecido como “transcendentalismo”, de caráter liberal e que desenvolvia algumas críticas sociais de cunho moderado.

⁹ É importante observar que tal classificação está ancorada também na teoria anarco-comunista de Errico Malatesta e Piotr Kropotkin, e tem assim também um conteúdo político determinado.

¹⁰ O próprio Kropotkin reconhece isso: “El nombre de anarquistas, lo habían aplicado abundantemente los girondinos durante la Revolución Francesa a los revolucionarios que no consideraban que la tarea de la revolución debiera limitarse a derrocar a Luis XVI, e insistían en que se tomara una serie de medidas económicas (abolición de derechos feudales sin indemnización, devolución a las comunidades de los pueblos de las tierras comunales cercadas desde 1669, limitación de la propiedad de la tierra a ciento veinte acres, impuesto progresivo sobre la renta, organización nacional de los intercambios en base a un valor justo, que empezaba ya a llevarse a la práctica, etcétera)”. (Kropotkin, 2005 [1905]).

¹¹ Texto: “**O Que fazer?**” In: *Manifesto dos Plebeus e Outros Escritos*.

¹² Ele formula a célebre equação: “*Que forma de governo vamos preferir ? - Eh! podeis perguntá-lo, responde, sem dúvida, algum dos meus leitores mais novos; sois republicano. - Republicano sim; mas essa palavra nada precisa. Res publica, é a coisa pública; ora quem quer que queira a coisa pública, sob qualquer forma de governo que seja, pode dizer-se republicano. Os reis também são republicanos. - Pois bem! sois democrata? - Não. - Qué! sereis monárquico? - Não. - Constitucionalista? - Deus me livre. - Sois então aristocrata? - Absolutamente nada. - Quereis um governo misto? - Ainda menos. - Então que sois? - Sou anarquista. - Estou a ouvir-vos: estais a brincar; dizeis isso dirigido ao governo. - De maneira nenhuma: acabais de ouvir a minha profissão de fé séria e maduramente refletida; se bem que muito amigo da ordem, sou, em toda a acepção do termo, anarquista*” (Ver o Que é a Propriedade?)

¹³ “*Durante os cinco anos e meio que se seguem a sua saída da prisão em junho de 1852, Proudhon não é incomodado; mas depois da publicação, em 1858, da sua obra em quatro volumes, De la Justice dans la Revolution et dans l’Eglise é novamente perseguido, condenado a vários anos de prisão e vê o seu livro confiscado e proibido. Foge para a Bélgica onde fica durante quatro anos (1858-1862). O exílio termina em 1862, beneficiado, com um ano de atraso, de uma anistia.* (Gurvitch, 1983, p. 13).

¹⁴ “La tolerancia limitada concedida por Napoleón III a los sindicatos obreros desde 1864 en adelante, en modo alguno produjo el efecto deseado de convertir a la clase obrera en un apoyo del Imperio. Por el contrario el influjo sobre el movimiento francés pasó por etapas de Tolain y de sus partidarios moderados a un grupo más militante, dirigido por Eugene Varlin” (20). Max Netlau fala mesmo líderes operários como

Tolain estavam mais para o campo do republicanismo do que do anarquismo, ver “La Anarquía através de los Tiempos”.

¹⁵ “O Anarco-comunismo foi bem mais do que uma correção de rumo em relação ao bakuninismo ou mudança de perspectiva quanto a organização econômica da sociedade em oposição ao coletivismo. Os anarco-comunistas construíram uma teoria, uma visão de mundo, diferenciada da que existia anteriormente...” (Luizetto, 1984)

¹⁶ Num certo sentido, esse livro expressa também as continuidades e rupturas de Bakunin em relação à Proudhon: Bakunin recupera a formulação da relação entre federalismo e socialismo, mas introduz a defesa do materialismo, e faz a crítica dos deslizes “idealistas” que ele atribuía à Proudhon.

¹⁷ Um dos principais interlocutores de Bakunin é Augusto Comte, do qual vai reivindicar o método e o projeto de formação da sociologia, e o qual vai criticar o aspecto político conservador e cientificista.

¹⁸ Fragmento Manuscrito do Império Knuto-Germanico, publicado depois com o título “Deus e o Estado”

¹⁹ “Claro está que la solidaridad universal, explicada de ese modo, no puede tener el carácter de una causa absoluta y primera; no es, al contrario, más que una *resultante* (1), producida y reproducida siempre por la acción simultánea de una infinidad de causas particulares, cuyo conjunto constituye precisamente la causalidad universal, la unidad compuesta, siempre reproducida por el conjunto indefinido de las transformaciones incesantes de todas las cosas que existen y, al mismo tiempo, creadora de todas las cosas; cada punto obrando sobre el todo (he ahí el universo producido), y el todo obrando sobre cada parte (he ahí el universo productor o creador)”. (**Bakunin, 2003a**).

²⁰ A analítica histórica de Bakunin vê na formação de um “Império Knuto-Germanico” exatamente a expressão dessa lógica. A supremacia da França na Europa sucedida pela da Alemanha marca exatamente essa tendência ao estabelecimento do domínio de um Império, e subordinação dos demais Estados vizinhos.

²¹ Na Rússia em 1861-62, colocou-se o problema da “emancipação dos servos”, surgiram agitações estudantis e foi formada a organização **Terra e Liberdade**; na Itália, ocorreu uma importante insurreição camponesa em 1860 e diversos levantes insurreccionais locais (ver Carr 1972 e Efimov, 1986).

²² Ver Max Netlau, “**La Anarquía Através de Los Tiempos**”: “Él, Bakunin, consideraba abortados hacia fines de 1863 los movimientos nacionalistas, es decir, llegados entonces bajo el control de los hombres de Estado, de Francia, de Prusia, Rusia, el Piemonte, y puso su esperanza en lo sucesivo en los movimientos sociales que renacían. Viendo la desorientación de las fuerzas democráticas y socialistas, creía obrar del mejor modo obrando sobre ellas por medio de militantes ocultos, que sabrían dirigir y coordinar tales fuerzas y que ellos mismos harían nacer e inspirarían grupos y movimientos más conscientes. Los años 1864 (cuando hace su segundo viaje a Suecia y pasa la última vez por Londres y París) y 1865 (cuando va desde Florencia a vivir a Nápoles y sus alrededores, hasta agosto de 1867), pasan en esos esfuerzos inevitablemente poco esclarecidos. Sabemos un poco de su esfuerzo en Florencia y conocemos su tentativa de proponer sus ideas a la masonería en Italia, a la que pertenecía. Hay también fragmentos de manuscritos, de 1865, las primeras redacciones conservadas de sus ideas, que podría publicar, si hubiese una posibilidad material sería para tal publicación. Estamos, en fin, puestos un poco al corriente de sus planes por su carta a Herzen, del 19 de julio de 1866, por su resumen histórico en un libro ruso de 1873 y por el programa y los estatutos mismos, in extenso, de la sociedad internacional revolucionaria, redactados en 1866, en marzo, aproximadamente, que he hecho conocer desde 1898 y en traducción alemana casi completa en 1924. En las Werke (Berlín, 1924, vol. III, págs. 8-61) , y en mi biografía de 1898, págs. 209-233, se encuentran esos textos - una exposición completa de su pensamiento socialista y revolucionario de entonces, mientras que los fragmentos masónicos (es decir, destinados a ser propuestos a los francmasones) , contienen sobre todo su pensamiento filosófico, la crítica religiosa. Tenemos también la aplicación más restringida de sus ideas y proyectos en las impresiones clandestinadas para la organización italiana de esa sociedad internacional, el Programa della Rivoluzione democratico-sociale italiana y los estatutos de la Società dei Legionari della Rivoluzione sociale italiana (de 1866) y las hojas clandestinas de actualidad, La Situazione italiana, de octubre de 1866, y una segunda hoja, La Situazione, del otoño de 1868. En fin, cartas y esbozos de cartas de 1866 y 1867 y otros materiales recogidos muestran un poco de la vida íntima de esa sociedad internacional que se llama más frecuentemente la Fraternidad internacional”.

²³ Entendiendo-se por isso a existência de uma organização revolucionária e um programa que centralize o processo e dispersão das forças revolucionárias pelo território, para abranger efetivamente as massas.

²⁴ Estes elementos estão presentes especialmente no “catecismo nacional”.

²⁵ Um documento, que não podemos determinar se é um manuscrito ou uma publicação, datado de 1868, é uma reformulação do Programa da Fraternidade, em que aparecem então alguns elementos: 1) é citada a expressão anarquia pela primeira vez, como conteúdo ideológico do programa; 2) a expropriação e eliminação da propriedade privada capitalista são incorporadas de maneira explícitas no programa; 3) no que tange à organização política, é indicado que o processo federativo exige um processo de delegação revolucionária baseada em mandatos imperativos e revogáveis; 4) é afirmado o caráter de “**minoría**” (ou organização de quadros) da organização política, indicando que esta deve ser o “estado-maior” da revolução enquanto que o “exército é povo”.

²⁶ “... o capital e os instrumentos de trabalho se tornarão propriedade dos que os utilizarem para a produção de riquezas pelo seu próprio trabalho” (Catecismo Nacional).